

The image features a solid orange background with a fine, fibrous texture. Overlaid on this are several thick, white, hand-drawn wavy lines that meander across the frame. A horizontal, semi-transparent orange band is positioned in the middle, containing the word "URBANISMO" in a white, bold, sans-serif font. The word is enclosed within a thin white rectangular border that is slightly offset from the band's edges.

URBANISMO

SOLO EM SUBSIDÊNCIA EM BAIRROS DE MACEIÓ-AL: EMERGÊNCIAS IMPOSTAS AOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO.

CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS

Doutora em Desenvolvimento Urbano,
Professora Adjunta da UFAL,
E-mail: caroline.santos@fau.ufal.br

JOSÉ GABRIEL JULIANI DE OLIVEIRA

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFAL,
E-mail: jose.oliveira@fau.ufal.br

INARA QUERINO DE MENDONÇA

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFAL,
E-mail: inara.querino@gmail.com

LEANDRO FERREIRA MARQUES

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFAL,
E-mail: frleandro98@gmail.com

KLEYTON LUCAS DE CASTRO OLIVEIRA

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFAL,
E-mail: k.lucas@hotmail.com

O espaço urbano é produto social de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que o produzem e consomem. No Brasil, essas ações estão ligadas às bases de capitalismo dependente, estabelecendo-se sobre uma estrutura urbana que já se constituía desigual. Em Maceió - Alagoas, observava-se na última década a expansão da ocupação urbana no sentido do Litoral Norte e nos limites entre rural e urbano, ambos territórios ambientalmente frágeis, além da consolidação por meio de verticalização de bairros tradicionais e centrais na cidade, como Pinheiro, Farol e Gruta de Lourdes, mesmo com deficiências em infraestrutura urbana. Entretanto, em 2018, com o aparecimento de rachaduras significativas no bairro do Pinheiro, e, posteriormente, nos bairros adjacentes, segundo estudos de 2019, decorrentes da subsidência do solo resultante da exploração de sal-gema pela Braskem, os vários agentes produtores do espaço vivenciam, então, uma emergência para responder aos novos desafios que se impõem à cidade. Este artigo objetiva discutir o posicionamento

desses agentes e implicações urbanas a partir de pesquisa exploratória realizada com levantamento de informações veiculadas na mídia e aplicação de entrevistas com ex-moradores. Com isso, observa-se que desafios inéditos somam-se a antigos problemas urbanos na cidade.

Palavras-chave: Subsidência do solo. Espaço urbano. Agentes produtores.

Recebido em: 22/04/2020

Aceito em: 11/08/2020

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano da cidade capitalista é constituído por um conjunto de diferentes usos de terras justapostas entre si. Esses usos definem as centralidades da cidade, as áreas residenciais e de reserva para uma expansão futura, revelando um território fragmentado. No entanto, o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, uma vez que suas partes mantêm relações espaciais mais ou menos intensas (CORRÊA, 1989).

Além disso, Corrêa (1989) destaca que tal espaço é reflexo da sociedade, tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas no passado, e que deixaram suas marcas no presente. Segundo Carlos (1994), são processos sociais oriundos de lutas diferenciadas: enquanto a classe média pode assumir outras preocupações, como com a necessidade de preservar o meio ambiente, ampliar acesso a serviços e melhoria da qualidade de vida; a população de baixa renda demanda ainda por melhores condições de acesso a transporte público e infraestrutura básica, como água, luz e esgoto. So-

mam-se os interesses das classes de alta renda e, muitas vezes, detentora de poder, frequentemente, voltadas em obter o lucro que o espaço pode oferecer. Desse modo, aponta Carlos (1994), no embate entre as forças do que é bom para o capital e do que é bom para a sociedade, o espaço urbano se reproduz desigual.

Assim, não há apenas um motor indutor das transformações da cidade, verifica-se uma complexa interação entre questões sociais, políticas e econômicas que interferem na produção do espaço urbano. De acordo com Corrêa (1989), os agentes que formam e transformam o espaço urbano seriam: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ao que Ferreira (2011) acrescenta, dentro de um contexto contemporâneo e globalizado, a participação crescente da imprensa nesse processo de produção do espaço urbano.

Dito isso, este artigo, à luz dos referidos conceitos e discussões, bem como a partir de revisão bibliográfica, levantamento das informações veiculadas na mídia e entrevistas com ex-moradores, traz uma síntese histórica da relação do surgimento da Braskem com o crescimento urbano da capital de Alagoas, seguida de dados sobre população, território e formação dos bairros afetados, para assim fazer uma reflexão sobre a atuação dos agentes produtores do espaço, desde a percepção de subsidência do solo – rebaixamento da superfície em virtude de alterações no suporte subterrâneo – em pelo

menos quatro bairros da capital de Alagoas e as implicações na (re)produção urbana da cidade de Maceió.

Em fevereiro de 2018, após fortes chuvas em Maceió, fissuras, trinças e rachaduras foram observadas no bairro do Pinheiro, sendo acentuadas no mês seguinte, após um tremor de magnitude 2,5 na Escala Richter. Nos meses seguintes, verificou-se um rebaixamento do solo em partes do bairro, assim como nos vizinhos: Mutange, Bebedouro e Bom Parto (G1 AL, 2019). Um estudo realizado pela Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais - CPRM -, divulgado em maio de 2019, apontou que a desestabilização do solo seria proveniente da extração de sal-gema da petroquímica Braskem (BRASIL, 2019), que atua no Estado de Alagoas há 40 anos. Frente a tais circunstâncias, o local passou a ser entendido como área de risco, acarretando um processo de evacuação e desvalorização da região, que impacta na vida de várias famílias, bem como na reprodução urbana da cidade.

2. A RELAÇÃO HISTÓRICA MACEIÓ-BRASKEM E OS EIXOS DE EXPANSÃO URBANA DA CAPITAL

Maceió surge assentada entre a Laguna Mundaú à oeste e o Oceano Atlântico à leste, sendo entremeadado por riachos e áreas alagáveis. Ao longo de seu crescimento e expansão, passou por significativos aterros respaldados por discursos higienistas e planos desenvolvimentistas, mas o mar e o complexo lagunar - este em menor grau - representam um papel de grande importância no contexto urbanístico e

imagético local.

Em 1976, no bairro do Pontal da Barra, localizado entre as margens da Laguna Mundaú e do Oceano Atlântico ao sul de Maceió, em uma área de restinga e mangue, dá-se a implantação da Salgema Indústrias Químicas S.A. (atual Braskem, empresa petroquímica). O grande porte da mineradora demandou intervenção na laguna – apoiada pelo Estado – com a incorporação de ilhas e aterro (total de 202 hectares) e a criação do Dique-Estrada em 1982 – via com cinco quilômetros de extensão construída na zona ciliar à Laguna Mundaú para escoamento da produção da empresa (DUARTE, 2010).

Nesse cenário, Vieira (2003) afirma que o ecossistema da área foi descharacterizado e a periculosidade dos produtos cloroquímicos propicia um alto risco de contaminação ambiental. Ocorreu, assim, uma modificação do contexto urbano pelo processo de desvalorização do entorno próximo da Braskem e pelas políticas públicas de valorização turística em todo o Brasil, do lazer marítimo em 1960, que levou à urbanização do litoral leste de Maceió: os bairros Pajuçara (em 1974), Ponta Verde (em 1980) e Jatiúca (em 1990).

Desde então há um contínuo distanciamento da região lagunar, que tem levado a uma intensa favelização das margens da Laguna, sobretudo ao Sul, tanto pelas questões da mineração, quanto pela criação de novas centralidades urbanas e imagéticas da capital alagoana. Para além da implantação

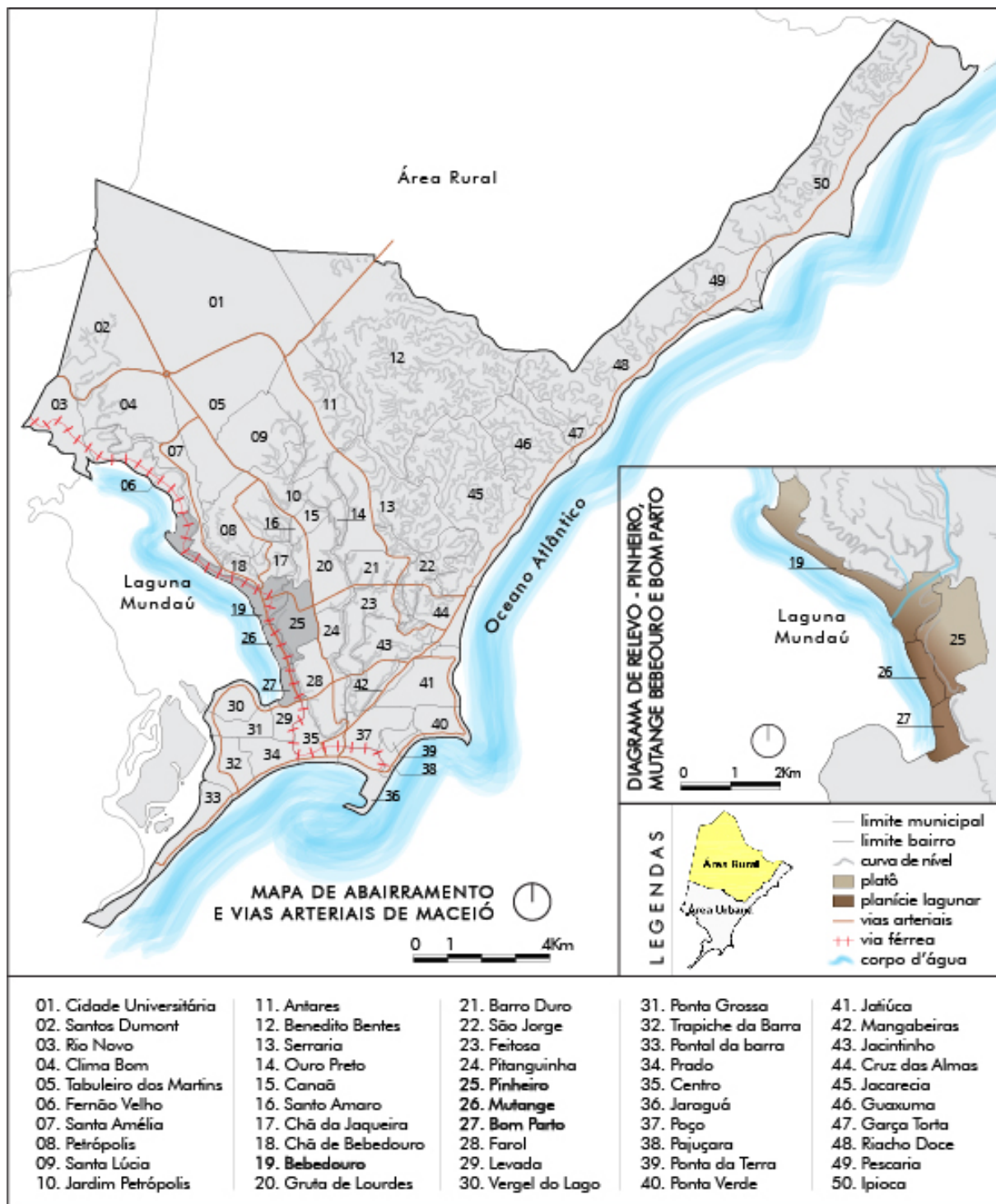
da sede da empresa, destacam-se a instalação de seus poços de exploração para extração de salgema, concentrados nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Na época, o biólogo José Geraldo Marques, então Secretário do Meio Ambiente, alertou para os riscos de subsidência para a cidade (TNH1, 2019), mas não afetou a ocupação urbana nas áreas próximas aos poços, que foi expandindo-se ao longo das décadas de 1980 a 2010, nem as atividades da Braskem, que foi consolidando-se em Alagoas, sendo uma grande geradora de empregos e fornecedora de matéria-prima para outras cem empresas, segundo George Santoro, Secretário da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (SEFAZ-AL) (GAZETAWEB, 2019).

3. OS ANTIGOS BAIROS DO PINHEIRO, MUTANGE, BEBEDOURO E BOM PARTO

O município de Maceió tem uma área de 509,320 Km², dividido em 50 bairros e com população estimada de 1.018.948 pessoas, em 2019, (IBGE, 2010). Localizados à oeste de Maceió, na orla lagunar e limitando um ao outro: Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto (Figura 01) possuem características urbanísticas e de formação bem distintas. Segundo o Censo IBGE (2010), o bairro do Pinheiro era o 17º mais populoso da cidade com 19.062 habitantes e uma densidade de 9.627,27 hab/km²; Mutange contava com 2.362 habitantes e densidade de 4.374,07 hab/km²; Bebedouro com 10.103 habitantes e densidade de 4.470,35 hab/km²; e Bom Parto com 12.841 habitantes e densidade de 22.930,35 hab/km².

Figura 1: Mapa de Maceió com marcação dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, principais vias arteriais e esquema da topografia local.

Fonte: Base cartográfica SEDET, 2016. Adaptado, 2020.



O bairro do Bebedouro é uma das áreas mais antigas da capital alagoana: a região desenvolveu-se no início do século XIX, às margens da Laguna Mundaú e da confluência dos Riachos Luís da Silva, Perus e Cardoso, como porto de desembarque para escoamento de produtos (cana-de-açúcar, algodão, fumo, entre outros) que

vinham do interior pelas lagunas. Do entreposto, as especiarias partiam pela Estrada do Bebedouro, chegavam ao Centro, passando pelos atuais bairros do Mutange e Bom Parto, e dele seguiam ao Porto do Jaraguá, seu destino final (SIMÕES, 2017). Além disso, o desenvolvimento do Bebedouro também ocorreu pelo seu

caráter popular de práticas religiosas e de grandes festividades populares que contribuíram para o desenvolvimento do local (SIMÕES, 2017).

No século XX, com o processo de urbanização da população brasileira, a cidade de Maceió tem sua população multiplicada em 4,7 vezes. Nesse contexto, a procura por habitação passa ainda mais a ser vista como um bem de capital, fomentando o crescimento do mercado imobiliário e, por consequência, a aquisição das reservas de terra das áreas de platô para construção de parcelamentos habitacionais projetados (IBAM, 2005). Àqueles sem renda o suficiente para adquirir tais espaços sobram as porções urbanisticamente inadequadas à ocupação pela fragilidade ambiental: as zonas alagadiças, de vale (popularmente conhecidas como grotas) ou de encostas. Portanto, decorrente da formação geomorfológica de trechos de encostas e de planície lagunar, os bairros do Mutange, Bebedouro e Bom Parto são moradia para uma população predominantemente de baixa renda, com atuais níveis de IDHM¹ variando entre 0,724 e 0,595 (ATLAS, 2010).

Nessas circunstâncias, o bairro do Pinheiro surge com a ocupação dos tabuleiros pela construção de parcelamentos urbanos, a exemplo dos conjuntos habitacionais populares Jardim das Acácias, em 1960² e Divaldo Suruagy, em 1970² (MEP, 2005-2011). Ao decorrer do tempo, o bairro passa por processos de adensamento e se torna atrativo por margear o principal corredor de mobilidade

norte-sul da cidade, a Av. Fernandes Lima: surgem residências de padrão mais elevado, uma variedade de estabelecimentos comerciais e de serviços - galerias, supermercados, lojas de departamento, agências bancárias e shopping center -, que corroboraram para elevar o valor do m² do bairro e o desenvolvimento local, e que coabitam com ocupações também de baixa renda, especialmente nas proximidades dos bairros Mutange e Bebedouro, com IDHM variando entre 0,939 e 0,683 (ATLAS, 2010).

4. SUBSIDÊNCIA DO SOLO: REAÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO

Desde as percepções de que o solo apresentava problemas no bairro do Pinheiro foram identificadas nesta pesquisa as reações dos agentes produtores do espaço urbano, utilizando-se principalmente das notícias veiculadas e entrevistas com ex-moradores. Nesse sentido, destaca-se a própria **mídia**, enquanto agente que deu visibilidade aos danos às moradias, vias e população, auxiliando na construção da noção de risco da área, bem como divulgando estudos que já relacionavam o fenômeno com a exploração de sal-gema, a exemplo das pesquisas do professor Abel Galindo Marques³ (G1 AL, 2019a).

Já a Braskem, enquanto agente **proprietário dos meios de produção**, imputada como a provável causadora do problema, nega a responsabilidade e passou a acompanhar os estudos que foram sendo promovidos, sobretudo pela CPRM, acionada pelo **Estado**

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, sendo considerado muito baixo entre 0 e 0,500, baixo entre 0,500 e 0,599, médio entre 0,600 e 0,699, alto entre 0,700 e 0,799 e muito alto acima de 0,800.

² Ano da autorização para construção do parcelamento.

para identificar as causas e extensão do problema (BRASKEM, 2020).

O Estado, por meio da esfera municipal, estadual e federal, reagiu com medidas paliativas, restritivas e de reconhecimento, tais como: fez levantamentos de dados locais e monitoramento de danos; apresentou um Plano de Contingência, em janeiro de 2019, com um treinamento simulado de evacuação, bastante criticado por moradores e mídia pela falta de gestão e planejamento; suspendeu as licenças ambientais da Braskem e de construção no Pinheiro; repassou através da União mais de R\$ 14 milhões para ações da Defesa Civil, dos quais 80% foram destinados ao auxílio moradia (Ajuda Humanitária) dos moradores do Pinheiro, que recebem desde março de 2019 o valor de R\$1.000,00 mensais (G1 AL, 2019a).

Nesse ínterim, **proprietários fundiários e promotores imobiliários** do Pinheiro já viam a desvalorização acentuada dos imóveis e negociações de compra, venda e aluguel serem interrompidas. Além disso, 95% dos empresários - de pequenas indústrias, como padarias, comércios e serviços - foram perdendo gradualmente seus clientes e notaram redução na receita, conforme os problemas iam tornando-se mais evidentes (FECOMÉRCIO, 2019).

Porém, são os moradores aqui identificados como o que Corrêa (1989) chama de **grupo social excluído**, especialmente os que priorizam o valor de uso do imóvel sobre o valor de

troca⁴, que ficam à mercê da situação em busca de direcionamento. O que se viu desde o início é que se articularam em busca de seus direitos, formalizando associações, com destaque para o SOS Pinheiro, que ao longo do tempo foi envolvendo moradores dos bairros Mutange e Bebedouro que começavam a identificar os mesmos problemas.

Os posicionamentos dos agentes foram definindo-se mais claramente com a divulgação do relatório da CPRM, em 9 de maio de 2019. O qual foi conclusivo e identificou a desestabilização das cavidades oriundas da extração de sal-gema. Essa, por sua vez, criou uma situação dinâmica, reativando estruturas geológicas antigas e provocando a subsidência do terreno e rachaduras nas vias e edificações do Pinheiro, Mutange e Bebedouro - sendo ocasionalmente agravada pela infiltração da água (BRASIL, 2019).

Com isso, o Estado, na esfera Federal, reconheceu a situação de calamidade pública, por meio da Portaria nº 1311, de 28 de maio de 2019, e acompanha junto às esferas estadual e municipal as necessidades de ações na área afetada. A Braskem, mesmo sem reconhecer a culpa, suspendeu as atividades de mineração e contratou estudos independentes no Brasil e exterior para aprofundar a pesquisa sobre o fenômeno geológico em Macaíó (BRASKEM, 2020).

Enquanto busca comprovar não ser a sua exploração a causadora dos pro-

³ Professor da Universidade Federal de Alagoas, formado em Engenharia Civil e Mestre em Geotecnia.

⁴ A moradia por sua condição de abrigo e necessidade essencial de reprodução social possui um valor de uso, ao incorporar trabalho em sua produção, além de ser vinculada a um terreno, e portanto, a localização adquire um valor, o qual é aliado ao valor de uso, expressa-se enquanto valor de troca.

blemas, a Braskem assinou termos de cooperação que consistem em ações como: instalação de uma estação meteorológica; fornecimento de equipamentos da Central de Monitoramento da Defesa Civil; e renovação da pavimentação e serviços de drenagem. E em novembro de 2019, apresentou à Prefeitura de Maceió e à Defensoria Pública do Estado um plano de evacuação da Área de Resguardo em torno de 15 poços da empresa, no bairro do Mutange (Figura 02).

A partir de dezembro, o plano materializou-se no Programa de Compensação

Financeira e Apoio à Realocação⁵ (BRASKEM, 2020). No mesmo mês foi divulgado na página INTEGRA.mcz⁶ o Plano de Ação Integrado (PAI - FEDERAL), documento de planejamento das ações estratégicas que devem ser feitas pelo Município, Estado e Governo Federal que contempla mapa de setorização de danos e zonas de desocupação.

Já em janeiro de 2020, a desocupação das áreas consideradas de risco pela Defesa Civil foram incluídas no programa (Figura 02), num acordo firmado entre Defensorias Públicas

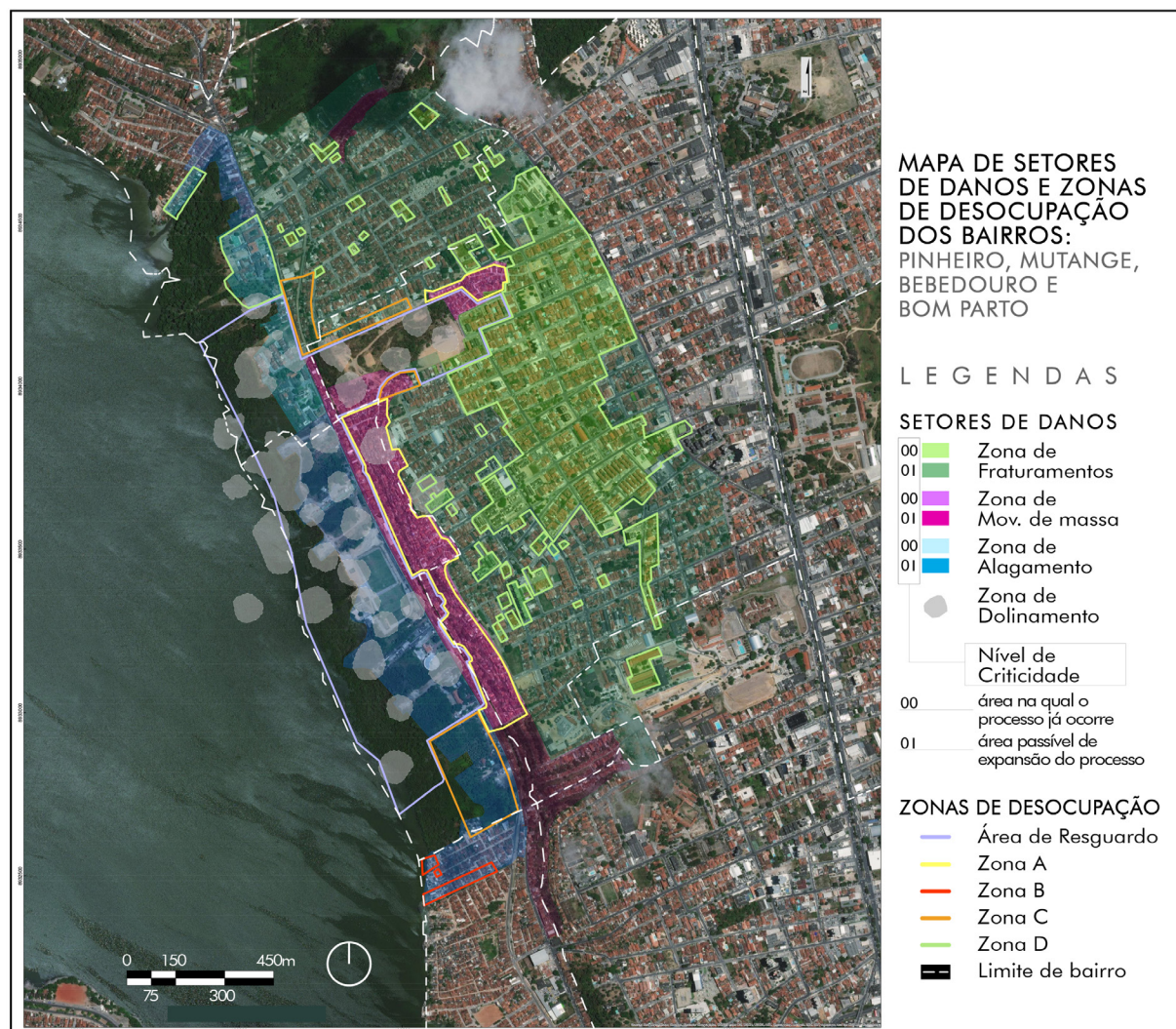


Figura 2: Mapa de setorização de danos e zonas de desocupação.

Fonte: Defesa Civil Municipal, Defesa Civil do Brasil, CPRM, (2019); Braskem, (2020), adaptado pelo autor, 2020.

⁵ O programa prevê auxílio à desocupação de R\$ 5 mil, auxílio aluguel de R\$ 1 mil, transportadora, custos com imobiliária, custos de depósito para móveis, apoio psicológico e de assistentes sociais. (BRASKEM, 2020).

⁶ Canal de comunicação da Braskem com a sociedade para divulgar informações sobre os bairros envolvidos.

da União e do Estado de Alagoas, Ministérios Públicos Federal e Estadual e Braskem. A mineradora (BRASKEM, 2020) previa que 4.500 imóveis e 17.000 moradores seriam evacuados, com um custo de R\$ 1,7 bilhão e mais R\$ 1 bilhão referente às ações necessárias para fechamento de poços da empresa. Incita-se atenção para o fato de que os imóveis desocupados passam a ser de posse temporária da mineradora e, além disso, essa injeção de capital deve repercutir em todo o mercado imobiliário maceioense, uma vez que observa-se o aquecimento no valor de aluguéis, no bairro vizinho Farol, pois ocorreu uma alta de 22% nesse setor (GAZETAWEB, 2020).

Até 01 de maio, 2.275 imóveis dos bairros Mutange e Bom Parto, e áreas de resguardo considerados prioritários, haviam sido desocupados. Não foi possível confirmar para onde os moradores estão indo, sabendo que negociam diretamente com imobiliárias indicadas pela Braskem, a partir da Central do Morador⁷. Os demais imóveis localizados nos bairros do Pinheiro e Bebedouro (Zona D) tiveram suas identificações suspensas em março, em virtude de Decreto Estadual para o combate e prevenção à pandemia do COVID-19, sendo retomadas remotamente em maio, com envio de documentos por e-mail para respeitar o isolamento social (BRASKEM, 2020).

Ainda em meio a esse cenário de incertezas, ampliado pela pandemia, em junho de 2020, a Defesa Civil e

CPRM apresentaram novo mapa e relatório apontando a necessidade de ampliação da criticidade 00 (parte verde cítrica) para abranger outros 1.918 imóveis, sendo 1.485 localizados nos bairros Pinheiro e Bebedouro, 120 no Mutange e 313 no Bom Parto, recomendando, portanto, a evacuação dos mesmos, em virtude da contínua movimentação de terras (G1 AL, 2020).

Destaca-se que outros moradores, sobretudo do Pinheiro, já tinham saído para outros bairros, com o recurso da ajuda humanitária ou por conta própria. Conforme entrevistas realizadas, alguns têm conseguido mudar para bairros, com características semelhantes, com acesso a serviços, por meio de aluguel, tais como Serraria, Barro Duro, Ponta Verde, mas com mudanças na configuração dos novos imóveis que vão desde: menor área, tipologia de casa para apartamento e perda de atrativos como elevador, piscina e salão de festas.

Guardadas as desigualdades socioeconômicas, que ficam mais evidentes com as possibilidades de acesso e decisão de cada morador afetado, com o risco sobre a nova moradia e suas perdas, desde a questão da localização próxima a fonte de renda, laços de vizinhança e de afetividade, de modo geral, observa-se uma insatisfação dos moradores com a forma que estão sendo tratados pelo poder público, agente responsável por atender os interesses da coletividade acima do privado.

⁷ No entanto, em meados de maio a Braskem anunciou que uma portaria do Ministério de Desenvolvimento Regional autorizou a destinação de 500 unidades habitacionais no "Residencial Vale Bentes I", no bairro Cidade Universitária, originalmente destinado ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), para os moradores da encosta do Mutange e do Bom Parto que ainda estão no fluxo de compensação. Sendo assim, os moradores poderão optar por uma unidade nesse conjunto que dista 15 km da antiga moradia, ou pela indenização pré-fixada em R\$ 81.500 para adquirir outro imóvel, ou negociar diretamente com a empresa (INTEGRA.MCZ, 2020). Em agosto de 2019, a Prefeitura de Maceió já tinha anunciado a destinação de 240 unidades, também em conjunto habitacional do MCMV no bairro do Rio Novo, a 11 km e pouco provido de serviços (G1 AL, 2019b).

5. IMPLICAÇÕES URBANAS E OS NOVOS DE- SAFIOS DO PLANEJAMENTO

O caso de subsidência do solo em área urbana a partir de atividades de mineração, face ao seu ineditismo no país, tem trazido inúmeros desafios para o planejamento urbano de Maceió, que ainda lida com problemas urbanísticos básicos de acesso à moradia, transporte e saneamento. Com a definição das áreas de risco e as realocações iniciadas, a cidade perde equipamentos urbanos públicos significativos, como postos de saúde, escolas e ainda deve perder hospitais, a exemplo do Sanatório e do Hapvida, situação que, com o cenário de pandemia, acende um alerta ainda maior.

Além disso, numa cidade com o sistema viário pouco conectado, vias importantes estão sendo interrompidas: a Av. Major Cícero de Góes Monteiro e parte da Linha de VLT, eixos estruturantes no sentido norte-sul, municipal e intermunicipal; destaca-se também perdas no patrimônio material da cidade, uma vez que Bebedouro conta com um sítio histórico, o qual compõe a Zona Especial de Preservação 3 (MACEIÓ, 2007), parcialmente incluído na área de monitoramento e com imóveis identificados para realocação. Questiona-se o que será feito no local evacuado, haja vista que no entorno imediato permanecem várias famílias, as quais já se sentem isoladas e inseguras, e que agente produtor do espaço definirá o novo uso, porquanto se torna uma extensa área de responsabilidade da Braskem, o setor privado assumirá a frente do planejamento de parte da cidade?

Muitos cidadãos que acompanham mais de perto o caso sinalizam a falta de comunicação clara do Estado.

Quais os planos para a área? E para a cidade comportar usos perdidos? Como os pequenos comércios e serviços podem ser absorvidos? O principal canal de comunicação tem sido a própria Braskem. E embora tenha fechado seus poços em Maceió em agosto de 2019, a empresa solicitou à Agência Nacional de Mineração (ANM) e obteve licenças para pesquisa em sete áreas localizadas em Maceió (parte área rural, parte bairro de Ipioca), Paripueira e Barra de Santo Antônio. Diante disso, revela-se ainda a preocupação com a possibilidade de novas frentes de exploração pela empresa, mesmo que em território rural ou pouco ocupado, mas ambientalmente frágil e de importante recarga de aquíferos e abastecimento para as cidades, quando ainda evidencia-se a extensão dos impactos socioespaciais, ao que se aponta, decorrente das atividades da empresa na área urbana de Maceió.

REFERÊNCIAS

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Perfil - Unidades de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**: Relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2019.

BRASKEM. **Sítio da Braskem**. 2020. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/alagoas>. Acesso em 19 abr. 2020.

CARLOS, Ana Fani A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DUARTE, R. **Orla Lagunar de Maceió: apropriação e paisagem (1960-2009)**. 2010. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2010.

FECOMÉRCIO. **Análise econômica do Bairro Pinheiro - Maceió**. Instituto Fecomércio de Pesquisas de Alagoas. Jan. 2019.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

GAZETAWEB. Aluguel sobe 22% no Farol. 30 jan. 2020. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/01/aluguel-sobe-22-no-farol-apos-acordo-com-a-braskem-para-relocar-17-mil-pessoas_96017.php. Acesso em: 20 mar. 2020.

GAZETAWEB. Braskem sobre sair de Alagoas. 19 maio 2019. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/especial.php?c=77037>. Acesso em: 19 out. 2019.

G1 AL. Moradias no Rio Novo. 23 ago. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/08/23/moradias-no-rio-novo-maceio-va-ser-destinadas-a-familias-da-encosta-do-mutange.ghtml>. Acesso 10 abr. 2019. G1 AL. Novo mapa de setorização. 17 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/06/17/novo-mapa-de-setorizacao-mostra-que-quase-2-mil-moradias-devem-ser-relocadas-nos-bairros-afetados-pelas-rachaduras-em-maceio.ghtml>. Acesso em 17 jun. 2020.

G1 AL. O que se sabe sobre as rachaduras no Pinheiro. 17 jan. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/01/17/o-que-se-sabe-sobre-as-rachaduras-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml>. Acesso em 30 out. 2019.

IBAM. **Habitação de Interesse Social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INTEGRA.mcz. **Sítio Integra.mcz**. 2020. Disponível em: <https://integramcz.com.br/>.

MACEIÓ. Lei nº 5593, de 08 de fevereiro de 2007. Institui o Código de Urbanismo e Edificações do município de Maceió. **Legislação**, 2007.

MEP/UFAL - Morfologia dos Espaços Públicos . **A produção dos espaços de uso público da cidade de Maceió**. Maceió, UFAL/FAPEAL, 2005-2011.

SIMÕES, L. (coord.). **Maceió 200 anos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2017.

TNH1. Cientista que previu há 40 anos danos da mineração. 09 maio 2019. Disponível em: <http://blog.tnh1.com.br/ricardomota/2019/05/09/o-cientista-que-previu-ha-40-anos-os-danos-da-mineracao-do-sal-gema/>. Acesso em 05 abr. 2020.

VIEIRA, M. **"Daqui só saio pó": conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.

VIEIRA, M. **Meio ambiente: nova cidadania ou utopia de poucos?**. Maceió: EDUFAL, 2003.